

“A razão” de um patrimônio fotográfico: a descrição arquivística das fotografias de jornal

*Alvaro Pouey de Oliveira Filho*⁴

Introdução

Este artigo apresenta os resultados preliminares de pesquisa sobre a Descrição Arquivística das fotografias analógicas do extinto jornal A Razão, hoje pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

O Jornal A Razão esteve presente cotidianamente na vida da comunidade de Santa Maria, município da região central do Rio Grande do Sul, desde a década de 1930 até 25 de fevereiro de 2017, relatando os acontecimentos que envolviam essa sociedade, também trazendo relatos jornalísticos do Estado, País e mundo para a cidade e região de abrangência.

As fotografias de imprensa são documentos particularmente especiais dentro do universo da comunicação jornalística e sujeitas a metodologias específicas de utilização nos espaços dos jornais impressos. Compreender como as fotografias se articulam com as outras informações que compõe a notícia e os valores impostos pela sua distribuição espacial na página, a diagramação, podem aportar dados importantes e substanciais a serem incorporados na descrição arquivística.

Para que seja possível transportar esses novos dados para a descrição, seja somente da fotografia utilizada ou do conjunto

4. Arquivista (Universidade Federal de Santa Maria), fotógrafo. Contato: pouey2@gmail.com

fotográfico que nasceu em função de uma reportagem, é necessário explorar as teorias jornalísticas referentes ao assunto proposto, para então, construir a forma com que os novos dados serão demonstrados para os usuários.

Por se tratar de um documento revestido de uma série de elementos informativos, alguns plenamente identificáveis e outros que são trabalhados conforme prerrogativas escolhidas pelo próprio meio de comunicação, a Descrição dos Documentos de Arquivo, em especial a norma nacional que busca padronizar esse trabalho técnico, Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), deve necessariamente dialogar com esse conjunto informacional.

Na construção teórica para se alcançar a incorporação de tais dados à descrição das fotografias de jornal é necessário primeiro compreender o significado e objetivos da descrição arquivística, para então analisar as teorias da comunicação no concernente à fotografia de jornal.

Discute-se aqui uma análise das alternativas que atendam ao tratamento técnico do acervo fotográfico deste veículo de comunicação, doado ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

O primeiro conjunto que chegou à posse do Arquivo Histórico Municipal corresponde, segundo o ex-assessor de direção do jornal, Gaspar Miotto, em entrevista ao *site* claudemirpereira.com.br⁵, aos jornais impressos do ano 1934 a 2017. No mês de outubro de 2018, somou-se ao arquivo as fotografias analógicas do mesmo jornal. Segundo estimativa da Arquivista

5. <https://claudemirpereira.com.br/2018/02/imprensa-acervo-de-jornais-de-a-razao-sera-doado-para-o-arquivo-historico-municipal-de-santa-maria/> Acesso em: 29 nov. 2018

responsável, Daniéle Calil, o acervo contém cerca de 30.000 fotografias e um número ainda desconhecido de negativos.

Halbwachs diz que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (HALBWACHS, 1990, p. 25). Assim, o fotojornalismo e a matéria jornalística possuem, na sua essência, a capacidade de fornecer um amparo à recuperação do passado e complementar o saber em relação aos acontecimentos cotidianos.

A fotografia jornalística e as normas de descrição Arquivística

A fotografia jornalística é possuidora de informação, o que a transforma em testemunho, e esse testemunho, mesmo que entre para a esfera do esquecimento, ainda assim estará fixado nas páginas à disposição da sociedade.

A soma do acervo fotográfico traz um novo veículo interpretativo e nesse sentido, segundo Zelizer: “diferentes veículos de memória oferecem formas distintas de dar sentido ao passado” (ZELIZER, 2012, p. 19). Essa possibilidade de análise do conjunto fotográfico das reportagens e o seu resultado nas páginas impressas só serão possíveis se existirem uma conexão entre os dois acervos.

A conexão entre o texto e a fotografia, e sua importância de inter-relação, é colocada por Zelizer como uma potencialização representativa: “colocando-as lado a lado, que a dimensão persuasiva de cada formato representativo emerge” (ZELIZER, 2012, p. 20). Com base nessa assertiva surge a questão que envolve a questão central deste trabalho.

O problema que estimula a análise proposta está planteado na transformação do acesso aos documentos fotográficos a que esse arquivo sofreu ao ser transferido sua guarda da iniciativa privada para o domínio público.

No primeiro contato com esse acervo constatou-se que as fotografias são organizadas por assunto, e essa estrutura provavelmente atendeu as necessidades do jornal nas suas pesquisas de recuperação da informação. No entanto, a pergunta de pesquisa que se faz é, tomando como base a ordem original do acervo, se essa organização atende aos requisitos técnicos da Descrição Arquivística? Também cabe ressaltar que o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria utiliza a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), do Arquivo Nacional e, por se tratar de um acervo especializado da área da Comunicação, essa norma atende aos requisitos particulares desse produto?

Compreende-se “Organicidade” como um princípio de grande valia para a Arquivologia, que se refere à relação entre os documentos. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística trata de forma muito simples esse tema: “a relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.127). Para complementar o sentido de Organicidade Cruz Mundet⁶ (1996), diz:

A inter-relação como princípio geral as peças isoladas (documentos soltos) não têm sentido ou têm muito pouco, sua razão de ser vêm dada por sua relevância a um conjunto – a unidade arquivística ou expediente – e pelas relações estabelecidas entre si (MUNDET, 1996, p.100).

6. A tradução de Mundet é uma tradução livre do autor.

Essa “inter-relação ou organicidade”, quando trazida ao objeto desta pesquisa, aporta a necessidade de evitar o isolamento do documento fotográfico, que teve sua gênese em função de uma atividade e está vinculada a uma série de textos que formam um conjunto informativo.

A Descrição dos documentos de Arquivo visa a muito mais do que a recuperação da informação e o consequente acesso, mas também criar a possibilidade de contextualizar o uso e o reuso das fotografias no decorrer das edições do jornal. Segundo Yeo (2016):

Os produtos descritivos atuam como ferramentas de gestão de conjuntos documentais – inventários cuja função é impedir possíveis perdas ou extravios. Eles cumprem um papel de preservação ao reduzirem o manuseio dos documentos originais. Acima de tudo, eles captam e reúnem informações sobre contexto (YEO, 2016, p. 136).

Além de trazer a possibilidade de proteger o acervo de danos e perdas, como cita Yeo, o fato de a Descrição Arquivística ser capaz de criar o elo entre a fotografia e/ou o conjunto fotográfico criado para uma reportagem com o texto vinculado, dando organicidade à informação, agrega informações que a fotografia isolada é incapaz de trazer.

Essa incapacidade da fotografia de imprensa em trazer certas informações e necessitar de um texto que traga ancoragem à informação é comentada por Sousa (2011):

Uma verdadeira implicação do leitor na descodificação da imagem fotográfica impõe que esta seja acompanhada de elementos referenciais que permitam a sua leitura clara. Uma legenda capaz de ancorar o sentido da foto, a autoria, a fonte, informação sobre a hipotética submissão da imagem a alterações digitais são, neste campo, dados que

devem ser facultados ao receptor, pois o contexto informativo referencial é relevante para a obtenção de informação (SOUSA, 2011, p. 9).

Vários elementos são destacáveis dessas palavras de Sousa para a descrição arquivística das fotografias de imprensa. Além da relação entre o texto e fotografia na capacidade de dar sentido, também se salienta a autoria e a fonte da fotografia. É muito comum encontrar nos jornais a referência ao produtor sendo dada ao “arquivo” ou ao “banco de dados”. Esse fato pode decorrer em virtude da reutilização de uma fotografia já previamente vinculada a outra reportagem ou uma fotografia pertencente a um conjunto fotográfico produzido também para outra reportagem. O autor é um campo essencial em qualquer descrição, independente da espécie documental.

No quadro que segue demonstra-se as mais usuais fontes das fotografias de jornal.

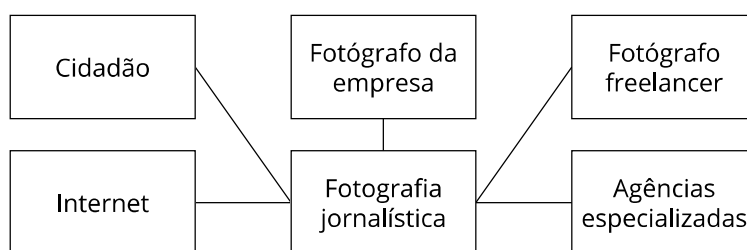


Figura 1: Fonte das fotografias de jornal

Fonte: O Autor

O ponto que se refere às alterações, o que no caso do objeto aqui tratado, por ser analógico, somente é possível com uma descrição detalhada da edição feita pelo diagramador e pelo

editor de fotografia do jornal. Alguns exemplares analisados apresentam o futuro recorte para impressão demarcado por linhas que delimitam a área a ser extraída da fotografia a ser impressa. Essa delimitação do espaço, ou qualquer outra alteração na fotografia, que será utilizada na impressão, também deve somar informação à descrição.

Na figura abaixo podemos observar a demarcação para os cortes na fotografia que foi vinculada à reportagem:



Figura 2: Exemplo de marcações de diagramação

Fonte: O Autor

A relação fotografia-texto é também descrita por Barthes (1990): “a fonte emissora é a redação do jornal, seu grupo de técnicos, dos quais alguns fazem a foto, outros a selecionam, a compõem e retocam; e outros, enfim, a intitulam, a legendam, a comentam (BARTHES, 1990, p. 11). Outro ponto se agrega à fotografia de imprensa: o meio o qual a fotografia é vinculada. Esse ponto não será analisado neste momento.

Assim como Sousa, Barthes também revela a relação existente entre a fotografia e o texto na construção da informação nas páginas do jornal. Desta forma, reconhece-se o primeiro elemento a ser desenvolvido na descrição das fotografias de imprensa, o uso dos textos que acompanham a fotografia para titular esta nas fichas de descrição.

O primeiro é o título da notícia. Com esse elemento a compreensão da informação fotográfica não fica atrelada ao entendimento ou capacidade do descritor no domínio das técnicas de análise iconográficas. O exemplo que segue é um demonstrativo da ambiguidade que uma fotografia pode trazer na sua leitura.

Na fotografia que segue foram retirados os elementos textuais que compõem a capa do jornal Diário de Santa Maria, de 24-25 de fevereiro de 2018, a manchete e o *lide*. Ao se observar a fotografia percebe-se que se trata da sombra de alguma pessoa projetada num pavimento de paralelepípedo.

Várias perguntas podem ser feitas para essa fotografia na busca de termos que a descrevam: qual o assunto tratado? Estaria a reportagem querendo ilustrar uma testemunha oculta de algum crime? Seria um adulto ou um adolescente? Homem ou mulher? Enfim, diversas perguntas poderiam ser feitas na tentativa de estruturar um título que seja capaz de recuperar e contextualizar a fotografia.

Na fotografia seguinte os elementos que compõem a notícia são recolocados. Nesse momento o título é aclarado e revela-se o conteúdo.



Figura 3: Fotografia jornalística sem título

Fonte: Disponível em:

www.diariosm.com.br

Acesso em: 14 mar. 2018.

Reconstruindo a capa do jornal encontramos a mensagem vinculada à fotografia e esta pode aportar elementos essenciais à descrição do objeto fotográfico. Neste caso o título “Um dia tem policial, no outro, não” servirá como elemento de descrição no campo “Título”. No campo “título agregado”, o descritor pode servir-se do lide da matéria.

Figura 4: Fotografia com título e lide

Fonte: Disponível em:

www.diariosm.com.br

Acesso em: 14 mar. 2018.



É importante salientar que no caso de reutilização desta fotografia, o novo título e demais textos que acompanham a nova reportagem devem ser agregados à informação já utilizada para a descrição, criando assim a possibilidade de rastrear as utilizações destas no veículo jornal.

Outros elementos são também de grande importância para a descrição das fotografias de imprensa. Para a descrição das fotografias de jornal, um ponto que se compreende vital é a “data de edição/publicação”. Salienta-se que esse campo não é definido na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Uma vez que a data de publicação de uma ou mais fotografias de um conjunto for inserida na descrição, facilitará a recuperação e demonstrará as diversas relações que possam existir entre a fotografia e os textos das reportagens.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) possui em sua estrutura oito áreas de informação descritiva, sendo essas: área de identificação, área de contextualização, área de estrutura de conteúdo, área de condições de acesso e uso, área de fontes relacionadas, área de notas, área de controle de descrição e área de pontos de acesso e descrição de assuntos (Nobrade, 2001, p. 18).

Para compreendermos melhor do que se trata cada uma dessas áreas recorreremos à própria norma.

A Área 1, de identificação, é onde registra-se a informação essencial para identificar a unidade. Nessa área, todos os elementos são obrigatórios:

Código de referência
Título
Data
Nível de descrição
Dimensão e suporte

Quadro 1: Elementos da Área 1 da Nobrade

Fonte: Conarq, 2006

A Área 2, de contextualização, é onde se registra informação sobre a proveniência e custódia. Nesta área, o elemento “nome do produtor” é o único elemento obrigatório.

Identificação do produtor
História administrativa-biográfica
História arquivística

Quadro 2: Elementos da Área 2 da Nobrade

Fonte: Conarq, 2006

Na Área 3, de conteúdo e estrutura (quadro 3), é onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição. Nenhum dos elementos desta área é obrigatório.

Na Área 5, de fontes relacionadas, é onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição. É na área 5 que encontramos o primeiro

ponto a ser desenvolvido no âmbito do fotojornalismo no que tange aos acervos dos veículos de comunicação.

Aqui, demarca-se a relação entre o texto e a fotografia. Para o objeto dessa pesquisa, que demonstrou a relação orgânica entre texto-fotojornalismo, o preenchimento do elemento “unidade de descrição relacionada” vemos ser de fundamental importância, contextualizando todo o conjunto fotográfico.

A Nobrade traz para o preenchimento deste item a seguinte regra:

Registre informação sobre a existência de unidades de descrição que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) forma(s) de associação na mesma entidade custodiadora ou em qualquer outra. Se necessário, justifique essa relação (Conarq, 2006, p.51).

Caso as fotografias jornalísticas produzidas para uma determinada notícia ou reportagem sejam separadas e armazenadas em outro local, diferente daquele onde estará situado o texto original do repórter responsável, ou o exemplar digital, o preenchimento deste campo será capaz de demonstrar a relação orgânica entre ambos.

Identifica-se como importante o elemento que se refere às cópias. O texto da Nobrade informa que: “aplica-se igualmente a situações em que as cópias integrantes de um fundo são de originais integrantes de outro fundo, mesmo que sob a custódia da mesma entidade” (Conarq, 2006, p. 49).

O primeiro elemento é o “título” que, segundo entende-se, baseado nos resultados desta pesquisa, quanto à relação entre fotografia-texto no âmbito jornalístico, defende-se seja aquele utilizado na manchete da notícia/reportagem em que o conjunto fotográfico teve sua origem. Tendo em vista que a produção

de fotografias, no fazer jornalístico, durante a cobertura de uma pauta, não produz somente uma fotografia, mas sim um conjunto que passará pela escolha daquela(s) imagem(ns) que comporá(ão) a matéria, todo o conjunto deveria receber como título, na sua descrição, a manchete da matéria em questão.

Outra questão importante é a inserção de um campo referente à data de publicação, o qual poderá facilitar o acesso e criar um rastreamento de possíveis reutilizações da fotografia de certo conjunto fotográfico em outras matérias que não aquela originária. Um exemplo fictício, apresentado na Figura 6, mostra os usos distintos para um mesmo conjunto.

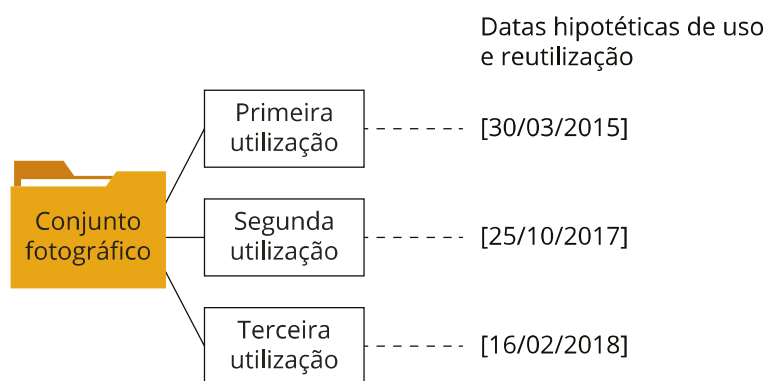


Figura 4: Uso de fotografia jornalística digital

Fonte: O Autor, 2018

Na Figura 4 temos uma ilustração que representa a reutilização de um conjunto fotográfico em diferentes datas e finalidades (notícia, fotolegenda, reportagens, etc.). Havendo essas datas na descrição do conjunto fotojornalístico, habilita aos pesquisadores uma ferramenta de compreensão dos discursos e também facilitaria para a inserção dos créditos, que muitas vezes são omitidos.

É preciso lembrar, oportunamente, que esse campo, data de publicação, não está explícito na Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Porém, compreendemos ser de vital importância para as fotografias de veículos de comunicação do tipo jornal, porque esta possibilita rastrear e contextualizar o uso das fotografias jornalísticas.

O estudo preliminar, feito com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), demonstra que ainda é necessário realizar adequações. Para que o produto final, os instrumentos de recuperação da informação sejam eficazes, é necessário que outros campos sejam inseridos.

Os usuários dos Arquivos mudaram e, segundo Bellotto:

Não mais aqueles diletantes “historiadores de fim de semana” a reconstruir a evolução histórica de suas ciências, mas sim profissionais que buscam dados e procedimentos passados como referência técnica ou cultural em temas que abordarão em seu estado atual para embasar propostas de projetos e de pesquisas (BELLOTTO, 2014, p.283).

Tendo em conta a especificidade dos usuários, referidos por Bellotto, a descrição das fotografias de jornal deve levar em conta, também, elementos da construção visual do jornalismo impresso.

Um dos campos descritivos que devem ser inseridos é o que se refere à diagramação, uma vez que, segundo Silva (1985), esta é a “atividade de coordenar corretamente o material gráfico com o material jornalístico, combinar os dois elementos com o objetivo principal de persuadir o leitor” (SILVA, 1985, p. 45). Basicamente, pode-se compreender que é por meio da diagramação que se coloca intensidade, atenção e vigor a uma notícia, e conseqüentemente à fotografia que forma o conjunto informativo.

Os dados gerados pela diagramação do jornal trariam a posição em que a fotografia ocupa na página, isso é, as zonas visuais. Na figura abaixo vê-se um exemplo de esquema de visualização elaborado por Edmund Arnold:

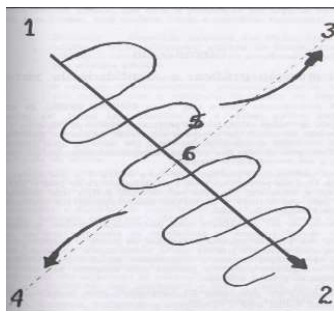


Figura 5: Esquema de Edmund Arnold para zonas visuais

Fonte: (Silva, 1985, p. 49)

A Região 1, segundo Silva, é considerada a zona óptica principal ou primária, onde o elemento toma força e mais atenção. As demais regiões são descritas por Silva como sendo: 2 (secundária ou terminal), 3 (morta ou sem atração), 4 (morta ou sem atração), 5 (centro óptico) e 6 (centro geométrico) (SILVA, 1985). Cabe salientar que, segundo esse autor, não existe uma regra fixa.

Tendo em conta que a posição da fotografia na página influencia na sua leitura e recepção pelo leitor, este é um campo que deve ser colocado na descrição por demonstrar um “valor” informativo à fotografia. Neste caso, quando realizada uma pesquisa, o investigador possuirá mais elementos construtivos de análise.

Conclusão

Mesmo que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística não contemple as especificidades que as fotografias de jornal

apresentam para a sua devida descrição, tomamos as palavras de Couture que diz: “reexaminar não é rejeitar, revisar não é demolir” (COUTURE, 2015, p.148). Portanto, criar novos campos que tragam uma maior capacidade de recuperação, contextualização e compreensão, para as fotografias do acervo do jornal A Razão, beneficiará os futuros usuários.

Cabe salientar que os campos descritivos “data de publicação” e “posição de diagramação” são apenas alguns dos contributos da área do fotojornalismo e comunicação analisados no presente trabalho.

Este artigo termina fazendo um novo questionamento, baseado nas experiências compartilhadas entre a Arquivologia e o Jornalismo: sabendo-se que a descrição documental arquivística funciona como um facilitador de acesso e proteção ao patrimônio, qual seu alcance, como processo, nas instituições jornalísticas e/ou detentoras de acervos jornalísticos do País? Também se questiona se os arquivistas devem seguir a norma descritiva, sem dialogar com a teoria jornalística, responsável pela criação e uso da fotografia do extinto jornal A Razão?

A generalização das espécies documentais trazida pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística não atende plenamente esse processo no âmbito das fotografias de jornal, necessitando que sejam acrescentados novos e importantes campos à descrição dessa espécie documental, fotografia de jornal.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/>

- Dicion_Term_Arquiv.pdf> Acesso em: 03 fev. 2018.
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf> Acesso em: 10 nov. 2018.
- BARTES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A. 1990.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **ARQUIVO. Estatutos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CANADIAN COMMITTEE ON ARCHIVAL DESCRIPTION. **Rules for Archival Description, 2ª ed.** Bureau of Canadian Archivists, Ottawa, 2008. Disponível em: <http://www.cdncouncilarchives.ca/rad/radcomplete_july2008.pdf> Acesso em: 09 jan. 2018.
- COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. In: **Revista Acervo**, Rio de Janeiro v.28, nº2, p.147-163, Jul./Dez. 2015.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Edições Vórtice, São Paulo, SP. 1990.
- MUNDET, José Ramón Cruz. **Arquivística**. Gestión de documentos y administración de archivos. Madrid (ES): Alianza Editorial S.A., 2012.
- PADRÓN, Dúnia Llanes. **La representación normalizada de los documentos: estudio comparado de normas de descripción archivística. 2011**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) - Facultad de Traducción y Documentación, Universidad de Salamanca. Salamanca, Espanha, 2011.
- SILVA, Rafael Souza. **Diagramação. O Planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo. Summus, 1985.
- SOUSA, Jorge Pedro. Estatuto e expressividade da fotografia jornalística. Um ensaio. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação. In: **Media & Jornalismo**. Portugal. 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-estatuto-e-expressividade-da-fotografia.pdf>> Acesso em: 09 out. 2018.
- ZELIZER, Barbie. "Voz" da visual da memória. In: **Media & Jornalismo**, Lisboa, Nº20, Vol.11, nº1, 2012.
- YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: EASTWOOD, Terry;

MACNEIL, Hearther. **Correntes atuais do pensamento arquivístico.**
Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.